

Congresso vota hoje diretrizes para o Orçamento

O Congresso Nacional se reúne hoje, às 9h, para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011, relatado por Tião Viana. O texto foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). **4**

Juristas vão propor novo Código Eleitoral

Foi instalada ontem comissão de juristas encarregada de propor um projeto de reforma do Código Eleitoral. Será o ponto de partida para uma grande reforma política, afirmou o presidente do Senado, José Sarney. **2**

Isenção de adicional de frete mantida até 2017

A isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante para os portos das regiões Norte e Nordeste foi estendida até 2017 pela Comissão de Desenvolvimento Regional. O projeto vai à Câmara. **6**

Criação de nova estatal do petróleo é aprovada

Proposta que cria a Pré-Sal Petróleo S.A. foi uma das primeiras apreciadas em extensa sessão em que o Plenário acatou outros 10 projetos de lei e quatro emendas à Constituição



Mauro Mouriz

Líder do governo Romero Jucá (E) encaminha votações, conduzidas por José Sarney após acordo com líderes da oposição

- Direitos de jovens passam a ser garantidos pela Constituição
- Prorrogada vigência do Fundo de Erradicação da Pobreza
- Professor do ensino básico deverá ter curso universitário
- Obtenção de divórcio deixa de depender de separação prévia
- Licença de 180 dias para mães pode ser obrigatória
- Prorrogados incentivos para a Zona Franca de Manaus

— 3, 4 e 5 —

País terá sua primeira política de gestão de resíduos sólidos

O Plenário aprovou ontem a Política Nacional de Resíduos Sólidos, primeiro marco regulatório do país sobre o lixo. A proposta, que

será enviada à sanção, proíbe a criação de lixões e obriga prefeituras a criarem aterros sanitários adequados ambientalmente. **7**



Gerardo Magela

Cícero Lucena (no monitor) foi um dos relatores da iniciativa, ao lado de César Borges: aprovação contou com a presença da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira

Juristas vão propor revisão completa no código, que é de 1965. Para Sarney, será ponto de partida para a reforma política de que país necessita

Criada comissão de reforma do Código Eleitoral

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, instalou ontem comissão de juristas encarregada de propor projeto de reforma do Código Eleitoral. Segundo Sarney, o resultado do trabalho será o ponto de partida para a grande reforma política de que o país necessita. O código atual é de 1965, criado por inspiração da Constituição de 1946. A comissão será presidida pelo ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O presidente do Senado salientou que desde 1965 o país passou por profundas mudanças, e todas as leis, portarias e resoluções aprovadas desde então foram respostas a problemas de cada eleição, o que tornou todo o sistema eleitoral brasileiro anárquico, embora tenha havido avanços consideráveis, como a urna eletrônica.

– A interpretação das consultas aos tribunais são tão extensas que desestabilizam o processo eleitoral. Há leis que mudaram tudo e que foram simplesmente circunstanciais, para atender a problemas de momento, e que estão em vigor, mas são peças de museu – analisou Sarney.

O presidente do Senado frisou que a base da democracia é o sistema de escolha dos representantes e dos governantes

e citou o ex-primeiro ministro britânico Winston Churchill: “A democracia representativa é o pior dos sistemas; o problema é que não se inventou nada melhor até hoje”.

José Sarney disse que a maior parte dos problemas políticos brasileiros resulta da incapacidade de o país eleger com eficiência seus representantes. Ele criticou o voto uninominal e proporcional, que hoje praticamente não existe em nenhum lugar do mundo, exceto em Portugal e na Finlândia. Segundo ele, ao basear o sistema em nomes, em pessoas, o sistema enfraquece os partidos. Cria-se uma guerra entre pessoas, o que torna impossível uma união pós-eleitoral.

Crise

O presidente do Senado prosseguiu em sua análise dizendo que o sistema democrático representativo está em crise em todo o mundo, porque há uma disputa sobre quem realmente tem o poder de governar: de um lado, os governantes eleitos e os parlamentares, e de outro a mídia em tempo real, por meio da Internet e das rádios e televisões com seus noticiários instantâneos.

– Os problemas e os motivos que levam à eleição de governantes e parlamentares mudam rapidamente, o que leva tam-



Sarney (E) se reúne com juristas que compõem a comissão, presidida por Toffoli (C): seis meses para propor anteprojeto

bém ao envelhecimento dos eleitos; as eleições envelhecem mais rapidamente do que antes. Há também as pesquisas de opinião pública, que deslegitimam representações e governos, e isso é um desafio que temos de enfrentar – disse José Sarney.

O presidente do Senado fez também um histórico do processo eleitoral brasileiro desde o Império, citando o voto de cabresto, o voto do “cacete”, em que imperava a violência.

Sarney elogiou a Justiça Eleitoral brasileira e a urna eletrônica, que tem impedido fraudes.

– Agora querem complicar o que foi simplificado, querem propor a impressão do voto eletrônico – lamentou.

José Toffoli: país precisa de legislação eleitoral moderna

O ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), recebeu ontem do presidente do Senado, José Sarney, a presidência da comissão de juristas que vai elaborar, no prazo de seis meses, um anteprojeto de novo Código Eleitoral. Não será uma “reforma política”, nem uma discussão sobre sistema eleitoral ou partidário, disse Toffoli.

– Nosso trabalho será o de buscar a reorganização, a racionalização do sistema legal existente, porque temos um Código Eleitoral que data de 1965, com várias leis ordinárias, complementares, consultas, um emaranhado que precisa ser sistematizado e adaptado aos tempos atuais – afirmou.

O ministro acrescentou que a legislação em vigor suscita dúvidas a cada eleição, daí ser

“importante que o Parlamento instale uma comissão destinada a sistematizar, organizar e dar racionalidade ao sistema”.

José Sarney citou nominalmente os integrantes da comissão, ressaltando que outros grandes nomes não a integram, mas poderão ser consultados.

Além de Toffoli, a comissão é formada pelos juristas Admar Gonzaga Neto, Arnaldo Versiani Leite Soares, Carlos Caputo Bastos, Carlos Velloso, Edson de Resende Castro, Fernando Neves, Geraldo Agosti Filho, Hamilton Carvalhido, Joelson Costa Dias, José Eliton de Figuerêdo Júnior, José Rollemberg Leite Filho, Luciana Müller Chaves, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Márcio Silva, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Roberto Gurgel, Cezar Britto, Torquato Lorena Jardim e Walter de Almeida Guilherme.



Haroldo Tajra (E), diretor-geral, senador Paulo Duque e Fernando Cesar Mesquita, diretor da Comunicação, durante a cerimônia

Sarney recebe plano estratégico da Comunicação

O presidente do Senado, José Sarney, destacou ontem a importância de a Comunicação da Casa investir continuamente em novas tecnologias para informar o maior número de cidadãos sobre os trabalhos legislativos e dar transparência às atividades realizadas. Ele se manifestou sobre o tema ao participar do lançamento do plano estratégico da Secretaria Especial de Comunicação do Senado para os próximos oito anos.

Sarney lembrou seu mandato como presidente da República, de 1985 a 1990. Na época, o atual diretor da Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita, era seu porta-voz no Planalto e coordenou o planejamento da comunicação do governo. Anos mais tarde, criaria o sistema de comunicação do Senado por determinação de Sarney, então presidente da Casa.

Nos últimos sete meses, a Secretaria de Comunicação –

perto de completar 15 anos – mergulhou num trabalho de reflexão, na forma do planejamento estratégico. O trabalho foi feito em parceria com o Prodasen (Secretaria Especial de Informática), sob a coordenação de Luiz Eduardo Tostes e sua equipe: Carlos Eduardo Postiga, José Augusto de Oliveira, Mario Roberto de Aguiar e José Coelho Ávila.

Mesquita destacou a qualidade dos servidores do Senado e do trabalho realizado por eles no planejamento estratégico.

– A Comunicação Social está orgulhosa com a qualidade obtida nessa tarefa e submete o plano à superior consideração da alta administração da Casa, na expectativa de contar com apoio da Mesa do Senado na avaliação e decisão a respeito da conveniência de sua implantação – disse ele.

Desde dezembro de 2009, foram realizadas 57 reuniões

do grupo de trabalho, que organizou o processo de planejamento. Somaram-se 114 horas de trabalho. Houve ainda reuniões preparatórias com os participantes, no total de 6 horas. As oficinas do planejamento propriamente dito consumiram 96 horas, em regime de imersão diária, das 9h às 18h.

Mesquita também elogiou o servidores da Casa que compuseram a comissão responsável pelo novo portal do Senado.

De acordo com o coordenador Tostes, a metodologia foi escolhida para atender às necessidades da Secs. Mesclou métodos e conceitos consagrados na literatura sobre gestão, desde os clássicos até os contemporâneos, como o Balanced Scorecard, método de avaliação do desempenho de uma organização desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School David Norton e Robert Kaplan.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Licença-maternidade continua na pauta

14h A sessão do Plenário é deliberativa. A pauta de votações tem como um de seus itens a proposta de emenda à Constituição que torna a licença-maternidade de 180 dias obrigatória para todas as empresas.

Presidência Sarney preside sessão plenária

16h O presidente do Senado, José Sarney, dirige a ordem do dia da sessão plenária.

Congresso Lei de Diretrizes Orçamentárias

9h O Congresso vota parecer da Comissão Mista de Orçamento ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011.

CMO Em votação, pedidos de crédito suplementar

10h A Comissão Mista de Orçamento realiza reunião, no Plenário 2 da Câmara, para deliberar sobre projetos que autorizam a abertura de crédito suplementar em favor de diversos órgãos públicos e requerimentos para a realização de audiências públicas.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Plenário aprova embaixadores para Portugal e Venezuela

Os diplomatas Mário Vilalva e José Antônio Marcondes, indicados pelo presidente da República para ocupar os cargos de embaixador do Brasil em Portugal e na Venezuela, respectivamente, tiveram ontem seus nomes aprovados pelo Plenário.

No final de junho, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Mário Vilalva manifestou sua intenção de estender a atuação da embaixada a todas as regiões de Portugal e não se concentrar apenas na capital.

Já o futuro embaixador na Venezuela, José Antônio Marcondes de Carvalho, sabatinado pela CRE no final de maio, afirmou que, entre suas prioridades, estão o acompanhamento da situação política da Venezuela – que terá eleições parlamentares este ano – e o desenvolvimento da região fronteira.

Voto favorável a acordos do Brasil com outros países

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado aprovou 12 projetos de decreto legislativo com acordos entre o Brasil e outros países e organismos internacionais. Entre eles o PDL 542/09, assinado com a Venezuela; o PDL 17/10, com Honduras; o PDL 19/10, com emenda à convenção do Conselho de Cooperação Aduaneira; o PDL 20/10, com emendas ao Anexo da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar; e o PDL 21/10, que aprova a ata de fundação da Organização Ibero-Americana da Juventude. Também foram aprovados os projetos de decreto legislativo 23/10, 24/10, 25/10, 37/10, 38/10, 87/10 e 212/10.

Comissão Representativa do Congresso

Os nomes dos senadores titulares e suplentes que irão compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional foram definidos ontem. A comissão é formada para atuar nas duas Casas legislativas durante o recesso parlamentar. O Congresso só poderá entrar em recesso depois de votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011. O único partido que não indicou representantes para compor a comissão foi o PDT.

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Eduardo Suplicy (PT-SP)	Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
João Ribeiro (PR-TO)	Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Bloco da Maioria (PMDB-PP)	
José Sarney (PMDB-AP)	Romero Jucá (PMDB-RR)
Renan Calheiros (PMDB-AL)	Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco da Minoria (DEM-PSDB)	
Adelmiir Santana (DEM-DF)	Demostenes Torres (DEM-TO)
Lúcia Vânia (PSDB-GO)	Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
PTB	
Epitácio Cafeteira (MA)	Gim Argello (DF)
PDT	
(vago)	(vago)

Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira

O Senado aprovou projeto do Executivo que cria a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), a ser instalada no município de Redenção (CE). Por acordo de líderes, a proposta, que teria decisão definitiva na Comissão de Educação (CE), acabou indo a Plenário e agora vai à sanção.

O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), informou que o compromisso da Unilab será ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária com vistas à integração entre o Brasil e os demais membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Sua atuação estará dirigida à promoção do desenvolvimento regional e ao intercâmbio.

Operações de factoring ganham regulamentação

As operações de *factoring*, caracterizadas pela prática de adiantamento de capital em troca de crédito a receber, ganharam regulamentação específica. O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei (PLC 13/07) que trata da regulamentação do setor. A matéria já havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora volta à Câmara dos Deputados.

A proposta foi aprovada na forma de texto substitutivo de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projeto do deputado João Herrmann (PDT-SP). Denomina a atividade de "fomento empresarial", considerando como sinônimas as expressões fomento mercantil, fomento comercial, faturização e *factoring*. A compra de créditos gerados por vendas a prazo é uma das operações de *factoring* mais conhecidas, permitindo a uma loja que recebe cheques pré-datados, por exemplo, obter esses créditos de imediato.

Plenário aprova 11 projetos e 4 emendas à Constituição

O Plenário do Senado aprovou ontem 11 projetos de lei e quatro propostas de emenda à Constituição, no segundo dia do chamado esforço concentrado para votação de matérias prioritárias. A principal delas é a que cria a empresa estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (*leia abaixo*). Também se destacam entre as aprovações a PEC da Juventude e as prorrogações da vigência do Fundo de Erradicação da Pobreza e dos incentivos à Zona Franca de Manaus, além da exigência

de curso superior para professores do ensino básico e do aumento para 180 dias da licença-maternidade (*leia mais nas páginas 4 e 5*).

Esta última ainda depende de segundo turno de votação, que não ocorreu devido à redução do quórum. A matéria será o primeiro item de novo esforço concentrado, em 10 e 11 de agosto. Hoje, o Congresso Nacional deve apreciar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cumprindo o prazo para iniciar o recesso em 17 de julho (*página 4*).



Debate em Plenário mobiliza Edison Lobão (E), Romero Jucá, Antonio Carlos Júnior e José Agripino

Criação da Pré-Sal Petróleo S.A. vai à sanção

O Plenário aprovou ontem o projeto do governo (PLC 309/09) que cria a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), empresa que vai funcionar como uma espécie de "olhos da União" na exploração de petróleo e gás da camada de pré-sal da plataforma marítima brasileira.

O projeto não foi modificado em seu mérito, mas recebeu uma emenda de redação para mudança de nome da empresa. Inicialmente, ela se chamaria Petro-Sal S.A., mas já existe uma empresa no Rio Grande do Norte com o mesmo nome, o que exigiu a modificação. A nova empresa será vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O projeto será enviado à sanção do presidente da República.

Houve acordo partidário para a votação. O DEM e o PSDB votaram, de forma simbólica, contra o projeto, enquanto a base governista, que tem maioria, de-

clarou voto favorável. O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) pediu para registrar voto contrário. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e sustentou, durante a discussão em Plenário, que o governo não precisa da atuação da nova estatal no pré-sal, pois a Petrobras poderia fazer o seu trabalho. Ele afirmou ainda que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) poderia realizar a gestão e a fiscalização da exploração da camada pré-sal.

– A Petro-Sal [Pré-Sal S.A.] é um órgão regulador camuflado de empresa estatal – disse.

Monitoramento

A Pré-Sal Petróleo vai monitorar as atividades sob o regime de partilha do petróleo e gás da camada pré-sal, inclusive participando dos consórcios que se apresentarem (tendo sempre

a Petrobras como participante) para disputar a exploração de áreas do pré-sal. Entretanto, ela não participará diretamente das atividades de exploração e produção e nem da venda do petróleo.

O governo sustentou que há necessidade da nova estatal para fiscalizar e auditar as operações, custos e preços de venda do petróleo extraído dentro do regime de partilha, pelo qual a União e o consórcio explorador vão dividir o produto encontrado no pré-sal, depois de abatidos os custos de produção. O governo fará licitação para escolher uma empresa para vender o petróleo que caberá à União.

A Pré-Sal Petróleo, de acordo com o governo, deverá ter um quadro de pessoal enxuto, contratado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e escolhido em concurso público.

CPI do MST vota relatório final na próxima semana

A votação do relatório final da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apurou denúncias de desvios e irregularidades em convênios e contratos entre a União e entidades ligadas a reforma e desenvolvimento agrários – a CPI do MST – foi adiada para a próxima semana. Ontem, o relatório do deputado Jilmar Tatto (PT-SP) foi distribuído à comissão. O presidente, Almeida Lima (PMDB-SE), concedeu vista coletiva. O relator propõe projeto de lei para estabelecer o regime jurídico dos convênios entre administração pública e entidades privadas sem fins lucrativos e ainda sugere que o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União continuem auditando os convênios.

Convênios com entidades devem ter mais transparência

Projeto que integra o relatório final apresentado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do MST estabelece o regime jurídico das relações convênios firmadas entre a administração pública e entidades privadas sem fins lucrativos. O objetivo é dar maior transparência aos convênios, inclusive com a divulgação de informações pela internet. A proposta determina que a escolha da entidade com a qual o ente público firmará convênio será feita mediante processo seletivo e permite que o poder público, independentemente de autorização judicial, intervenha administrativamente quando um convênio não estiver sendo executado de forma adequada.

Congresso se reúne para votar hoje diretrizes para Orçamento

O Congresso Nacional deve votar hoje, em sessão marcada para as 9h, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o texto base do relatório final. Os destaques apresentados ao relatório, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), foram analisados pela comissão na noite de ontem.

Tião Viana explicou ontem que as lideranças e as centrais sindicais aceitaram acordo que suprime a proposta inicial de salário mínimo de R\$ 550 para 2011. O que importa, segundo ele, é a manutenção de uma política que garanta ao salário mínimo um ganho real, o qual também seria estendido aos aposentados, conforme emenda do senador Paulo Paim (PT-RS), aceita por Tião Viana. O valor do salário mínimo para o próximo ano deverá estar previsto no Orçamento a ser encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional em agosto.

Estatais

O texto aprovado prevê que a Petrobras e Eletrobras continu-

am enquadradas em legislação adotada no governo de Fernando Henrique Cardoso, que lhes garante a utilização de normas internas na contratação de obras, mas não exclui o vínculo à Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da administração pública.

— Isso vem ocorrendo há nove anos. Ocorreram liminares. O STF [Supremo Tribunal Federal] manteve o decreto de Fernando Henrique e não julgou o mérito. Nós estamos preservando, enquanto não houver alteração no artigo 173 da Constituição, o direito da Petrobras e da Eletrobras continuarem nesse rito funcional e contratual de obras — afirmou.

O texto também veta o contingenciamento de recursos destinados à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), ao Fundo Nacional de Cultura e a um fundo destinado a estudos sobre o aquecimento global.

Em relação às agências reguladoras, o senador Tião Viana explicou que elas ficam vinculadas a planos de gestão, e não necessariamente a contratos de gestão.

Manaus pode manter Zona Franca até 2033

O prazo de vigência da Zona Franca de Manaus (ZFM) — área de livre comércio, exportação, importação e incentivos fiscais — foi ampliado até 2033. Aprovada por unanimidade em dois turnos, a proposta de emenda à Constituição (PEC 17/08) apresentada por Arthur Virgílio (PSDB-AM) vai agora ao exame da Câmara. A PEC também prorroga até 31 de dezembro de 2029 a concessão de benefícios fiscais destinados à capacitação do setor de tecnologia da informação (pela legislação atual o prazo seria 2019) e a vigência da Lei 11.077/04, que trata dos benefícios destinados à capacitação de tecnologia da informação. Virgílio, Jefferson Praia (PDT-AM) e Alfredo Nascimento (PR-AM) defenderam a proposta.

José Agripino (DEM-RN) destacou o esforço de Virgílio pela aprovação. Magno Malta (PR-ES) lembrou que Jefferson Péres (senador falecido em 2008) também foi defensor da ZFM. Segundo Marconi Perillo (PSDB-GO), Virgílio mereceu assistir a aprovação unânime de sua proposta. “Um dos mais bem-sucedidos projetos de industrialização do país”, afirmou Tasso Jereissati (PSDB-CE). Edison Lobão (PMDB-MA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediram pelos industriais também em seus estados. José Sarney, por sua vez, lembrou que a primeira prorrogação da vigência da ZFM foi na sua gestão como presidente da República. No segundo turno da votação, ele solicitou a Marconi que assumisse a Mesa e foi votado pela prorrogação.



Votação da PEC da Juventude é acompanhada em Plenário por representantes de diversas entidades de jovens e de estudantes, que lotaram as galerias

Senado aprova proposta que garante direitos constitucionais à juventude

Matéria, que vai à promulgação pelo Congresso Nacional, inclui o jovem no capítulo que trata dos interesses da família, da criança, do adolescente e do idoso. Paim prevê avanço em políticas públicas

O SENADO FEDERAL aprovou ontem, com 52 votos favoráveis, e em regime especial de tramitação, a proposta de emenda à Constituição (PEC 42/08) que altera a denominação do capítulo VII do título VIII da Carta para atender também os interesses da juventude. Esse capítulo, que trata atualmente da família, da criança, do adolescente e do idoso, passa a incluir também o jovem, conforme a chamada PEC da Juventude.

A proposta, que vai à promulgação pelo Congresso Nacional, modifica ainda o artigo 227 da Constituição, com o mesmo objetivo de incluir menção ao jovem. Pela proposta, esse artigo passa a ter a seguinte redação: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A PEC foi aprovada primeiramente pela Câmara, a partir dos trabalhos de uma comissão especial, e o primeiro signatário da proposta original foi o deputado Sandes Júnior (PP-GO). No Senado, a PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com três emendas de redação, cujo relator foi o então senador Expedito Júnior.

A votação foi acompanhada por representantes de diversas entidades de jovens e de estudantes, que lotaram as galerias do Plenário e comemoraram a aprovação da matéria. Antes da votação, Paulo Paim (PT-RS) manifestou em Plenário satisfação com a possibilidade de aprovação da PEC da Juventude. — Eu fui constituinte, estou há 24 anos no Congresso e nós lá colocamos crianças, adolescentes, mulheres, combatemos preconceitos e não entrou a palavra juventude. Então, esse princípio maior na Carta Magna vai fazer com que a gente avance nas políticas para a juventude — afirmou Paim.

Satisfação

Antes da votação, Paulo Paim (PT-RS) manifestou em Plenário satisfação com a possibilidade de aprovação da PEC da Juventude. — Eu fui constituinte, estou há 24 anos no Congresso e nós lá colocamos crianças, adolescentes, mulheres, combatemos preconceitos e não entrou a palavra juventude. Então, esse princípio maior na Carta Magna vai fazer com que a gente avance nas políticas para a juventude — afirmou Paim.

Senadores querem prorrogação de fundo de combate à pobreza

Proposta de emenda à Constituição (PEC 14/08) aprovada ontem pelo Plenário em dois turnos, por unanimidade, prorroga por tempo indeterminado o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que se esgotaria este ano. A matéria segue para exame da Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a PEC altera o artigo 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que instituiu, no âmbito do Poder Executivo, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, para vigorar até 2010.

Antonio Carlos Júnior lembrou que a criação do fundo foi um sonho do então senador baiano Antonio Carlos Magalhães, já morto, “que o Legislativo transformou em realidade”.

— Esse fundo permitiu que milhares de jovens carentes tivessem acesso a programas sociais, como o Bolsa Escola e o Bolsa Família. As ações sociais do governo federal, estados e municípios transformaram-se com a criação do fundo de combate à pobreza

— afirmou. Para Demostenes Torres (DEM-GO), cujo substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu forma final à proposta aprovada, o Brasil continua sendo, socialmente, um dos países mais desiguais do mundo. Por esse motivo, disse, devem ser incentivadas as iniciativas que visem equacionar esse problema.

— Tentaram limitar em cinco anos, dez anos, 20 anos, mas o Senado optou sabiamente por deixar sem uma data. A partir do momento em que a pobreza não for mais um problema no Brasil, trataremos de fazer com que esse fundo não mais exista, mas hoje é importante que ele subsista.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou que o fundo da pobreza é responsável pela existência de programas de transferência de renda como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Também saudaram a aprovação Marco Maciel (DEM-PE), José Agripino (DEM-RN) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Seguro-desemprego rural poderá ser concedido após calamidades

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que concede seguro-desemprego, em períodos de calamidade natural, ao trabalhador rural que exerça o ofício individualmente ou em regime de economia familiar. A proposta (PLS 577/07), de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relatada por Gerson Camata (PMDB-ES), será agora analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa.

A CRA aprovou também requerimento para realização de audiência pública sobre



Gerson Camata, relator

denúncias, publicadas na imprensa, de desvio de dinheiro público em programa de preservação do meio ambiente realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Pronomia familiar. A proposta (PLS 577/07), de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relatada por Gerson Camata (PMDB-ES), será agora analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa.

A audiência pública será realizada conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O pedido de audiência foi apresentado pelos senadores Kátia Abreu (DEM-TO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Indicações para STJ, Anac, Cade e CNMP

O Plenário aprovou ontem as indicações de Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues e Paulo de Tarso Vieira Sanseverino para ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ); de Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino e Ricardo Sérgio Maia Bezerra para diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); de Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo para membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e de Luiz Moreira Gomes Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O projeto da Câmara (PLC 20/10) que define e pune a síndrome da alienação parental foi aprovado ontem pela CCJ em decisão terminativa. O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), explica a prática como a tentativa de um dos cônjuges de colocar os filhos contra o outro.

— Prepara-se a criança para que, depois da separação, ela odeie um dos pais — resumiu. Para Demostenes Torres (DEM-GO), a aprovação do projeto vai promover uma revolução no Direito de Família.

Servidores de Roraima e Amapá vão para a União

Os servidores civis e os policiais militares admitidos regularmente no quadro de pessoal dos estados de Roraima e do Amapá até a data da posse do primeiro governador eleito, ocorrida em 1º de janeiro de 1991, serão incorporados ao quadro em extinção (para o qual não haverá reposição) da administração federal. A medida está prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 17/10) do senador Romero Jucá (PMDB-RR) aprovada ontem pela CCJ. A matéria teve também ontem sua primeira sessão de discussão no Plenário.

Leilão para pagar despesas com veículo apreendido

Os valores arrecadados em leilão de veículos apreendidos poderão ser preferencialmente aplicados na liquidação de despesas com apreensão, remoção, guarda e leilão desses bens. O projeto (PLS 320/09) foi apresentado por Renan Calheiros (PMDB-AL) e obteve ontem a aprovação da CCJ. O relator, Jayme Campos (DEM-MT), recomendou a aprovação. De acordo com Renan, o objetivo é combater o acúmulo de veículos em pátios de recolhimento.

Punição para pais que envolvem filhos em suas brigas

O projeto da Câmara (PLC 20/10) que define e pune a síndrome da alienação parental foi aprovado ontem pela CCJ em decisão terminativa. O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), explica a prática como a tentativa de um dos cônjuges de colocar os filhos contra o outro.

— Prepara-se a criança para que, depois da separação, ela odeie um dos pais — resumiu. Para Demostenes Torres (DEM-GO), a aprovação do projeto vai promover uma revolução no Direito de Família.

Facilidade para mudar nome dos pais em certidão

Poderá se tornar mais fácil para os filhos alterar suas certidões de registro civil para corrigir os nomes dos pais que foram modificados em virtude de mudança de estado civil. É o que prevê proposta aprovada ontem pela CCJ e que agora pode seguir diretamente para a Câmara dos Deputados. O projeto (PLS 62/10), da senadora Serys Slesharenko (PT-MT) e relatado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), terá, na avaliação da autora, alcance social, além de contribuir para “aliviar o Poder Judiciário da sobrecarga de ações”.

Novas regras para o serviço militar na área de saúde

Regras mais claras de convocação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários para o serviço militar obrigatório foram aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Autor do projeto (PLC 91/10), o governo argumenta que, em áreas isoladas como a Amazônia, a falta de clareza dificulta o recrutamento de pessoal especializado em saúde. Também foi aprovado projeto (PLC 90/10) que beneficia médicos que realizam estágio nas Forças Armadas.



Deputado Waldemir Moka (E), presidente da CMO, ouve o relator, Tião Viana

Investimentos do PAC podem ser remanejados em até 30%

Até 30% dos recursos autorizados para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) poderão ser remanejados. De acordo com projeto (PLN 3/10) aprovado ontem pelo Congresso Nacional, esses 30% poderão ser livremente distribuídos entre os diversos projetos que integram o programa. A regra vigente até agora só permitia o remanejamento de até 25% dos recursos de cada projeto.

O PAC lista as obras e os serviços de grande porte considerados estratégicos pelo governo, os quais incluem hidrelétricas, obras rodoviárias, ferroviárias e referentes à mobilidade urbana. A oposição não queria aprovar a iniciativa sob o argumento de que ela liberaria o governo para gastar dinheiro público a seu livre arbítrio.

A aprovação do texto permitirá ao governo zerar as despesas previstas para uma determinada obra em favor de outra. De acordo com o Executivo, o objetivo do remanejamento é otimizar o andamento do PAC, transferindo recursos de projetos que encontram algum obstáculo

para avançar, caso dos que estão sem licença ambiental. O projeto foi aprovado com o texto sugerido pelo deputado Carlos Abicalil (PT-MT). Para ele, a mudança legislativa não implica inovação jurídica e simplesmente assegura uma reconfiguração de investimentos do PAC.

Abicalil incluiu dispositivo que obriga o Executivo a comunicar à Comissão Mista de Orçamento as alterações que fizer nas dotações do PAC.

Ao aprovar ontem projeto (PLN 24/10) que abre crédito de R\$ 9,6 milhões em favor do Ministério do Turismo, o Congresso corrigiu equívoco que destinara a Mato Grosso do Sul dotações reservadas a Mato Grosso. A senadora Serys Slesharenko (PT-MT) explicou que a dotação, destinada ao estado de Mato Grosso, fora direcionada erroneamente ao estado de Mato Grosso do Sul. Já o PLN 7/10, também aprovado, abre crédito de R\$ 3,5 bilhões para a Presidência da República e os ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades.

PEC extingue aposentadoria de juiz por falta grave

Foi aprovada em Plenário a PEC 89/03, de Ideli Salvatti (PT-SC), que exclui da relação de punições aplicáveis a magistrados a chamada aposentadoria por interesse público. A PEC também permite a perda de cargo do juiz ou membro do Ministério Público por decisão de dois terços dos membros do tribunal ao qual estiver vinculado. O texto segue para a Câmara.

Emenda que facilita obtenção do divórcio será promulgada

O fim da exigência de separação prévia do casal para a obtenção do divórcio foi aprovado ontem pelo Plenário. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 28/09, votada em segundo turno, segue agora para promulgação.

Pelo atual texto da Constituição, o casamento civil só pode ser dissolvido pelo divórcio após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei ou com comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Para o relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, senador Demostenes Torres (DEM-GO), não se justifica manter tais pré-requisitos. Ele lembrou que no mundo inteiro essa exigência foi abolida, pois, observou, não faz sentido manter unidas por mais tempo ainda pessoas que não querem permanecer juntas.

Licença-maternidade de 180 dias pode ser obrigatória

O Plenário do Senado aprovou na noite de ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 64/07, que aumenta para 180 dias a duração do período de licença-maternidade. O segundo turno de votação deverá ser realizado no próximo esforço concentrado, previsto para agosto.

A Lei 11.770/08, que criou o Programa Empresa Cidadã, já ampliou o período da licença de quatro para seis meses, mediante concessão de incentivo fiscal às empresas, que podem aderir facultativamente à proposta. Essa PEC, de Rosalba Ciarlini (DEM-RN), torna a norma obrigatória para todas as empresas.

Alfredo Nascimento (PR-AM) informou ao Plenário que pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria no Amazonas para verificar por que ainda não foram construídos 26 portos no interior do estado, apesar de haver dinheiro repassado pelo Ministério dos Transportes. O governo federal reservou recursos do Orçamento para a construção de 28 portos e só dois deles ficaram prontos: o de Tabatinga e o de São Raimundo, em Manaus.

— Queremos que o tribunal verifique para onde foi o dinheiro repassado pelo Ministério dos Transportes para a construção dos portos. Eu pude verificar pessoalmente, nos últimos dias, que em algumas cidades nem existem obras — afirmou.

Walter Pereira (PMDB-MS) afirmou que a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10), embora tenha criado uma expectativa de saneamento da vida política nacional, deixou brechas pelas quais poderão escapar políticos envolvidos em casos graves de corrupção. Uma delas, disse, é a prerrogativa que as constituições estaduais deram aos governadores de se responderem a processos com prévia autorização das assembleias legislativas. O consentimento prévio para abertura de processo é “peça de ficção”, alertou. De acordo com o senador, proposta de emenda à Constituição (PEC 6/10) de Demostenes Torres (DEM-GO) sana o problema, ao retirar o privilégio dos chefes do Executivo nos diversos níveis da administração pública.

PEC da Caatinga e do Cerrado passa no Plenário

A proposta de emenda à Constituição conhecida como PEC da Caatinga e do Cerrado foi aprovada em segundo turno, com 51 votos favoráveis e um contrário. A matéria vai ao exame da Câmara. O primeiro signatário da proposta, senador Demostenes Torres (DEM-GO), destacou que, com a aprovação da PEC 51/03, o Cerrado se transforma em patrimônio nacional.

Feira de São Cristóvão declarada patrimônio cultural

O Plenário aprovou projeto (PLC 135/10) que transforma o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, conhecido como Feira Nordestina de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, em Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil. O projeto seguirá para sanção presidencial. Também foi aprovado projeto (PLC 120/08) que denomina Rondônia Governador Pedro Gondim trecho da BR-230 na Paraíba.

Documentos demonstrando que dívidas de pequenos agricultores do município de Paranaíba (PI) no Banco do Nordeste (BNB) estão se tornando impagáveis, por somarem atualmente mais que o triplo do valor da época da contratação do empréstimo, levou Mão Santa (PSC-PI) a fazer apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em discurso, o senador pediu o perdão dessas dívidas. Mão Santa citou um agricultor que já pagou valor idêntico ao contratado — R\$ 28 mil — e tem uma dívida de R\$ 95 mil. “São trabalhadores sérios e honestos, incapazes de arcar com os valores e sob ameaça de execução judicial”, disse. E acrescentou que os bancos, no governo Lula, estão tendo “lucros exorbitantes”.

Emenda aprovada reforça papel do plenário do Cade

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) poderá perder a competência exclusiva para celebrar convênios e contratos em nome da instituição. Tal atribuição passará ao plenário do Cade.

É o que estabelece uma das emendas que o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou ao projeto que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. A emenda foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta (PLC 6/09), de iniciativa do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE), também trata da prevenção e da repressão às infrações contra a ordem econômica.

Outra emenda de Mercadante, também aprovada, reduz a multa mínima que o Cade impõe ao condenado por infração da ordem econômica de 1%, como prevê a proposta inicial, para 0,1% do faturamento bruto.

CCT debaterá marco civil da internet

A CCT aprovou ontem a realização, a pedido do senador Renato Casagrande (PSB-ES), de uma audiência pública para debater o marco civil da internet, que foi elaborado pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça em parceria com a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explicou Casagrande.

O objetivo da proposta, que foi submetida à consulta pública, é determinar direitos e responsabilidades em relação à utilização de meios digitais.

O senador sugeriu convidar para o debate o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto; o coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Augusto César Gadelha Vieira; o diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Google Brasil, Ivo Corrêa; e a pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV, Marília Maciel. A data da audiência ainda será definida pela comissão.



Relator do projeto, José Agripino (D) justifica tratamento diferenciado

Prorrogada isenção do adicional de frete para regiões Norte e Nordeste

Benefício já havia sido estendido até 2012, mas César Borges, que propôs a medida, alega que a suspensão tiraria a competitividade das indústrias nortista e nordestina

O PRAZO FINAL de isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante concedida a mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado nas regiões Norte ou Nordeste pode ser prorrogado até 8 de janeiro de 2017. Em decisão terminativa, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto (PLS 238/06) do senador César Borges (PR-BA) assegurando a prorrogação. O texto final é do relator, José Agripino (DEM-RN). Aprovado anteriormente pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI), o projeto vai à Câmara.

A iniciativa muda a Lei 11.482/07, que já havia prorro-

gado até 2012 o prazo previsto na Lei 9.432/97, que reordenou o transporte aquaviário.

O governo federal havia concedido essa isenção amparado no entendimento de que as regiões Norte e Nordeste apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento econômico do país. O fim dessa isenção comprometeria a competitividade de setores industriais das duas regiões, que já trabalham com produtos de baixo valor agregado, sobre os quais é significativo o impacto do adicional de frete, afirma César Borges.

José Agripino, por sua vez, aponta a importância do tratamento diferenciado como forma de promover a redução de desigualdades regionais.

Defensivos e fertilizantes podem ficar isentos de adicional de frete

Os defensivos e fertilizantes agrícolas, bem como suas matérias-primas, poderão ficar isentos do pagamento do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante. Proposta nesse sentido foi aprovada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa, seguindo agora para o exame da Câmara dos Deputados.

Segundo a autora da proposta (PLS 237/08), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o adicional

tem alíquota de 25% na navegação de longo curso, 10% na navegação de cabotagem e 40% na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de granéis líquidos nas regiões norte e nordeste.

Trata-se, conforme explicou a parlamentar, de uma cobrança que encarece significativamente o preço dos defensivos e fertilizantes, produtos cujo custo de transporte tem peso relevante no valor final de venda ao consumidor.

Plenário aprovados créditos de US\$ 1,39 bi para metrô de SP

O programa de expansão do metrô de São Paulo deverá ser reforçado com aporte de mais US\$ 1,39 bilhão em recursos externos. Esse valor corresponde ao total de quatro operações de crédito externo com garantia da União para o estado de São Paulo aprovadas ontem pelo Plenário do Senado, horas depois de terem recebido o aval da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O estado foi favorecido ainda com outros dois empréstimos, de US\$ 142,5 milhões, para programa de recuperação de

bacias e desenvolvimento rural sustentável.

A maior parte dos recursos para o metrô está vinculada a programa de investimentos de US\$ 2,48 bilhões para a expansão da linha 5 (lilás). Uma linha de crédito envolve US\$ 650,4 milhões do Bird e outra, de até US\$ 481 milhões, está sendo aberta pelo BID.

A contrapartida nacional virá de empréstimo de US\$ 432 milhões do BNDES. O governo paulista participa com mais US\$ 921 milhões para o trecho Largo 13-Chácara Klabin.



Ao lado de João Tenório, Garibaldi Alves (E) preside reunião da CAS

Comissão autoriza tomada de empréstimos

Por meio de mensagens presidenciais aprovadas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o estado de Santa Catarina foi autorizado a realizar operação de crédito no valor de US\$ 62 milhões, assim como o município de Curitiba (US\$ 50 milhões) e o estado do Piauí (US\$ 16,9 milhões).

Santa Catarina deverá tomar dois empréstimos junto à Corporação Andina de Fomento (CAF) para financiar o Programa de Integração Regional. O estado tomará ainda empréstimo de US\$ 30 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento parcial do Programa de Gestão Fiscal. Já o Piauí deverá tomar empréstimo junto ao BID de US\$ 16,9 milhões, destinados ao Programa de Desenvolvimento da Gestão Fiscal. O BID é também o agente financeiro do empréstimo de US\$ 50 milhões solicitado pela prefeitura de Curitiba. As mensagens vão agora ao Plenário.

Região de Desenvolvimento em Roraima

De autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) projeto (PLS 522/09) que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí e a instituir programa especial de desenvolvimento desses municípios de Roraima.

Com a articulação da ação administrativa da União e do estado, estabelecida pelo projeto, Jucá espera a promoção do crescimento econômico de Roraima e a melhoria da qualidade de vida da população. De acordo com o texto, entre os programas e projetos prioritários para a região, estão os relativos a recursos hídricos, meio ambiente, turismo, infraestrutura básica e geração de empregos.

Pelo projeto, um conselho administrativo a ser criado pelo Executivo coordenará as atividades a serem desenvolvidas nessa região integrada. A proposta segue agora para o exame do Plenário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Serys Silhessarenko • Acir Gurgacz • Mão Santa • Jorge Yanai • Arthur Virgílio

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Senador Paulo Paim

Comissão amplia benefício para adotante

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto (PLS 367/09) que garante à segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial de criança para fins de adoção o recebimento do salário-maternidade pelo período de 120 dias. Como o projeto foi aprovado em decisão terminativa, poderá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados. O autor da proposta é o senador Paulo Paim (PT-RS).

Atualmente, o pagamento do salário-maternidade à segurada adotante é feito por períodos variados.

Licença-casamento de cinco dias passa na CAS

Visando beneficiar trabalhadores celetistas recém-casados, incluindo os que formalizam união estável, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou terminativamente projeto que amplia de três para cinco dias a licença-casamento.

O texto (PLS 18/08), que deve seguir para a Câmara, altera o artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43). Tanto aqueles que se casam quanto os que formalizam união estável teriam direito a cinco dias consecutivos.

O relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), afirmou que a ampliação assegura ao trabalhador a possibilidade de formalizar o processo legal de constituição de uma família.

Adicional para vigias de condomínios

O projeto de lei que garante adicional de periculosidade para porteiros, vigias e seguranças de condomínios foi aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e deve ser encaminhada diretamente à Câmara.

O projeto (PLS 493/09) acrescenta um parágrafo ao artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452, de 1943). O autor da matéria é o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Em seu relatório sobre a matéria, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu a sua aprovação com emendas.

Projeto que proíbe despejo a céu aberto e institui a responsabilidade compartilhada entre governo, indústria e consumidores no manejo do lixo passou ontem por quatro comissões

Plenário aprova Política Nacional de Resíduos Sólidos

O PAÍS DEVE ganhar seu primeiro marco regulatório nacional sobre o lixo. O substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado (PLS 354/89) que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi aprovado ontem à noite pelo Plenário e será encaminhado à sanção do presidente da República.

A proposta, que tramitou por 21 anos, havia sido aprovada à tarde por quatro comissões do Senado, em reunião conjunta: Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, esteve presente à votação pelas comissões.

O projeto proíbe a criação de lixões, nos quais os resíduos são lançados a céu aberto. Todas as prefeituras deverão construir aterros sanitários adequados ambientalmente, onde só poderão

ser depositados os resíduos sem possibilidade de reaproveitamento ou compostagem. Não será permitido catar lixo, morar ou criar animais em aterros sanitários. O projeto também proíbe a importação de lixo.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece, entre suas novidades, a logística reversa, que obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a realizarem o recolhimento de embalagens usadas. Foram incluídos nesse sistema agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas e eletroeletrônicos.

Além disso, é introduzida na legislação a responsabilidade compartilhada, envolvendo a sociedade, as empresas, as prefeituras e os governos estaduais e federal na gestão dos resíduos sólidos. A proposta estabelece que as pessoas terão de acondicionar de forma adequada seu lixo para a coleta, inclusive fazendo a separação onde houver coleta seletiva.

O projeto foi relatado na CMA pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB) e na CCJ, na CAE e na CAS por César Borges (PR-BA). Ambos defenderam a aprovação.



Izabella Teixeira (E) e senadores César Borges, Demostenes, Casagrande, Rosalba e Cícero Lucena

Projeto reserva 18% da receita da União para saúde

A União deverá aplicar, anualmente, no mínimo 18% de sua receita líquida em ações e serviços de saúde, conforme prevê proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e que segue agora para análise de mais duas comissões: Assuntos Econômicos (CAE) e Assuntos Sociais (CAS).

Pelo projeto (PLS 156/07 – Complementar), do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), os estados e o Distrito Federal não poderão aplicar menos de 12%, e os municípios, menos de 15%, anualmente, de vários impostos que a eles cabem constitucio-

nalmente, em ações e serviços de saúde. Os recursos deverão ser repassados diretamente ao Fundo de Saúde, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Pela proposta, qualquer cidadão poderá fiscalizar a aplicação desses recursos, por meio da prestação de contas dos poderes públicos, que deverá constar inclusive em meios eletrônicos.

Marconi afirma que o projeto representa “passo fundamental na direção da consolidação do SUS, uma vez que é imprescindível para eliminar as controvérsias existentes quanto ao montante e à forma de aplicação dos recursos em saúde, nas três

esferas do governo”.

Em seu parecer favorável ao projeto, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembra que atualmente as formas de cálculo dos montantes mínimos a serem aplicados na saúde são as determinadas pelo artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que deveriam vigorar somente até 2004. “Na ausência de lei complementar, as regras foram prorrogadas e aplicadas de maneira simples, sem detalhamentos, o que gerou espaço para interpretações dúbias e consequente perda de recursos do SUS”, explica a relatora.

Aposentadoria especial para pessoa com deficiência

Vai ao Plenário do Senado o projeto de lei complementar que disciplina a concessão de aposentadoria especial para pessoas com deficiência. O projeto (PLC 40/10) foi aprovado ontem pela CAS, com o mesmo texto acatado pela Câmara dos Deputados. A aposentadoria especial para portadores de deficiência está prevista na Constituição.

De acordo com o relator, Flávio Arns (PSDB-PR), entre os requisitos estabelecidos pela proposta, consta a exigência de tempo de contribuição diferenciado, conforme se trate de deficiência leve (30 anos, se homem, e 25 anos, se mulher), deficiência moderada (27, se homem, e 22, se mulher) e deficiência grave (25, se homem, e 20, se mulher). O senador também observou que a aposentadoria por idade seria concedida aos trabalhadores com deficiência quando completarem 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher, desde que comprovada a contribuição mínima de 15 anos e igual período na condição de trabalhador com deficiência.

Pessoa com deficiência deve ter prioridade na Justiça

Portadores de deficiência física e mental decorrente de culpabilidade de terceiro poderão ter prioridade na tramitação de processos judiciais conexos com a causa da lesão. É o que estabelece projeto de lei (PLS 58/05) do senador Augusto Botelho (PT-RR) aprovado ontem pela Comissão de Justiça. Votada em caráter terminativo, a matéria seguirá diretamente para a Câmara, se não for apresentado recurso para votação pelo Plenário.

No seu relatório, o senador Neuto de Conto (DEM-SC) argumenta que “as pessoas com deficiência só terão liberdade de oportunidades se utilizadas, em benefício delas, políticas desiguais compensatórias, que lhes assegurem iguais condições de acesso aos bens econômicos, sociais e culturais”.

A proposta também ajusta dispositivo do Código de Processo Civil (CPC) ao Estatuto do Idoso, que já assegura preferência nos procedimentos judiciais aos cidadãos com mais de 60 anos que figurem como parte ou interveniente no processo.

Restrição a uso de cadastro por empregador

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou ontem o projeto de lei que proíbe empregadores de consultar cadastros e bancos de dados de proteção ao crédito na contratação de trabalhadores. Como foi aprovado em decisão terminativa, esse projeto (PLS 266/08) deve ser enviado à Câmara.

O autor da iniciativa, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é o senador Mário Couto (PSDB-PA). O relator da matéria foi o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A proposta prevê multa ao empregador infrator, que pode variar de R\$ 10 mil a R\$ 1 milhão. Além disso, o trabalhador poderia reclamar por dano moral (com a respectiva indenização). Mário Couto considera discriminatório esse tipo de consulta.

Curso para desempregado receber seguro

Com o objetivo de reduzir o número de fraudes na concessão do seguro-desemprego, a CAS aprovou ontem um projeto de lei que exige que o trabalhador desempregado frequente algum curso de qualificação para receber o seguro-desemprego. A proposta (PLS 184/05), que altera a Lei 7.998/90, deverá ser enviada agora à Câmara dos Deputados.

Quando apresentou o projeto, em 2005, César Borges (PR-BA) citou estudos do governo segundo os quais as fraudes envolveriam cerca de 143 mil segurados e teriam gerado benefícios irregulares de até R\$ 210 milhões.

César Borges argumenta que o curso pode melhorar a “empregabilidade” do trabalhador.

Regulamentação de artesanato vai à Câmara

A regulamentação do exercício da profissão de artesão, proposta em projeto (PLS 136/09) do senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), foi aprovada ontem, em decisão terminativa, pela CAS e vai ao exame da Câmara.

O projeto recomenda ainda a oferta de linha de crédito para financiar a compra de matérias-primas, equipamentos e a comercialização da produção. Propõe também a criação de certificado de qualidade dos produtos artesanais, a organização de cursos de capacitação e a criação, pelo Executivo, da Escola Técnica Federal do Artesanato.

Substitutivo aprovado pelo Plenário determina que o reajuste do piso deve seguir, no mínimo, a variação da inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Proposta volta ao exame da Câmara dos Deputados

Piso nacional dos professores do ensino básico deve ter correção anual pelo INPC

O REAJUSTE DO piso salarial nacional dos professores da educação básica da rede pública deve passar a contar com a garantia de recomposição anual de seu valor no mínimo pela variação da inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

É o que estabelece substitutivo a projeto de lei (PLC 321/09) de autoria do Executivo aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Como a proposta foi alterada pelos senadores, voltará à Câmara dos Deputados, para exame das mudanças. O relatório, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), havia sido aprovado ontem mesmo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Fundeb

A legislação que instituiu o piso (Lei 11.738/09) estabelece reajuste anual atrelado ao crescimento do valor anual mínimo por aluno, do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb). Sem eliminar esse critério, a alteração que pode ser introduzida no texto da lei fará prevalecer a variação do INPC caso o crescimento do valor do piso

fique abaixo da inflação.

– O que aprovamos é que o reajuste será equivalente à variação do valor-aluno do Fundeb, para manter a ligação entre a política de financiamento da educação como um todo. No entanto, esse reajuste nunca poderá ser inferior ao INPC do ano anterior – explicou Ideli, ao fim da reunião da comissão.

Aprovada há dois anos pelo Congresso Nacional, a lei que instituiu o piso salarial nacional dos professores do ensino básico nasceu de projeto de lei de iniciativa do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O valor foi fixado em R\$ 950,00, mas uma

regra de transição autorizou os municípios a pagar em 2009 até dois terços do mínimo estabelecido. Para este ano, o valor foi reajustado para R\$ 1.024,67, com base na variação do valor por aluno.

O substitutivo que Ideli recomendou à CAE foi o mesmo texto aprovado antes pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), também produzido por Cristovam Buarque.

Critério

Ao enviar a proposta ao Congresso Nacional, o governo pretendeu apenas corrigir dúvidas sobre o período de cálculo da

variação do valor-aluno que deveria ser considerado. Agora, o texto determina que o valor a ser utilizado refere-se à variação do valor entre os dois exercícios anteriores ao ano em que será publicada a atualização do piso, no mês de maio, por ato do Executivo.

O valor-aluno do Fundeb foi criado como referencial do custo da educação por estudante, servindo para orientar os gastos mínimos que devem ser feitos por municípios e estados, havendo complementação para aqueles que comprovem insuficiência de recursos para bancar as despesas.



No Plenário, Jucá, Agripino, ACM Júnior, Collor e Virgílio acompanham pronunciamento de Ideli, que relatou a proposta na CAE

Educação de jovens e adultos é permanente, dizem especialistas

A educação de jovens e adultos não pressupõe apenas alfabetização, mas garantia de acesso à educação ao longo da vida. Governo e sociedade devem atuar conjuntamente para que as decisões da 6ª Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinte) sejam colocadas em prática. As observações foram feitas por especialistas que participaram, ontem, de audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para debater o Marco de Ação de Belém – documento final da Confinte, realizada em dezembro do ano passado.

Na avaliação do secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, André Luiz de Figueiredo Lázaro, a educação é um direito a ser garantido e que

dá acesso à cidadania, devendo ser oferecida ao longo de toda a vida, e não como um sistema de alfabetização ou suplemento da escolaridade não cursada na idade devida.

– O cerne da questão é entender a necessidade de uma educação ao longo da vida – afirmou.

O Marco de Ação de Belém é um documento de Estado e não de governo, disse o consultor da Unesco Neroaldo Pontes de Azevedo. Para que as propostas não se percam, ele e o vice-coordenador da pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Leôncio José Gomes Soares, defenderam a realização de audiências públicas nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais. O debate foi presidido por Fátima Cleide (PT-RO).



Leôncio Soares (E), senadora Fátima Cleide e André Lázaro

Aprovado na CAE o Plano Nacional de Cultura

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC). Além de definir princípios e objetivos para a área cultural nos próximos dez anos, a proposta (PLC 56/10), da Câmara dos Deputados, discrimina os órgãos responsáveis pela condução das políticas para a área e aborda aspectos relativos ao financiamento.

Como definido no texto, o plano será regido pelos princípios de diversidade cultural, respeito aos direitos humanos, responsabilidade socioambiental e valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável.

Um dos objetivos previstos é o desenvolvimento cultural do país, por meio da integração de iniciativas do poder público que conduzam à defesa e à valorização do patrimônio cultural. O plano visa ainda estimular a produção, a promoção e a difusão dos bens culturais; a formação de pessoal qualificado para a gestão do setor; a democratização do acesso aos bens culturais; e a valorização da diversidade étnica e regional. A criação desse plano foi prevista na Constituição a partir de emenda aprovada em 2005.

Regras para tradutor da Libras devem ir a sanção

O projeto de lei que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais (Libras) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). Como a decisão foi terminativa, a matéria (PLC 325/09) deve ser enviada à sanção presidencial.

Segundo os parlamentares que apoiam a iniciativa, como o senador Flávio Arns (PSDB-PR), a expectativa é que a regulamentação estimule a profissão e, como consequência, amplie a inclusão social dos deficientes auditivos.

Quando apresentou a proposta, em 2004, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) apontou o alto índice de evasão escolar dos surdos como um dos motivos de sua exclusão social. Ela afirmou que, em 2003, apenas 3,6% do total de surdos matriculados na educação básica do país conseguiram concluir essa etapa do ensino, o que, segundo a deputada, “comprova a exclusão escolar provocada pelas barreiras na comunicação entre alunos surdos e professores”.

Cristovam Buarque (PDT-DF), relator, recomendou que o texto fosse aprovado como veio da Câmara – o que ocorreu.



Azeredo: projeto aprovado pela CCT elimina insegurança jurídica

Arrecadação do Fust pela Anatel é assegurada

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) confirmou, em turno suplementar, a aprovação de proposta que esclarece a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar a contribuição ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

A proposta, aprovada como substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto (PLS 297/07) do senador Renato Casagrande (PSB-ES), acrescenta à lei que instituiu o Fust (Lei 9.998/00) dispositivo para que seja arrecadada para o fundo a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta de cada mês civil decorrente da prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.

Azeredo explicou que o objetivo da proposta é “eliminar a insegurança jurídica existente atualmente”, já que a lei do Fust não explicita que a Anatel pode arrecadar para o fundo. Hoje apenas o Decreto 3.624/00, que regulamenta o Fust, menciona isso.

Flexibilidade para transmitir Voz do Brasil

As emissoras de rádio poderão ter o direito de escolher o horário de transmissão diária da *Voz do Brasil* entre 19h e 23h, com base na hora oficial de Brasília. O fim da obrigatoriedade de transmitir o programa oficial dos Poderes da República pelas emissoras de rádio entre 19h e 20h, como ocorre atualmente, foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A matéria será examinada ainda pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Os membros da CCT também aprovaram requerimento de esclarecimentos ao ministro das Comunicações, José Artur Filardi Leite, acerca de decisão da Anatel que suspendeu a eficácia, em caráter cautelar, do planejamento de implantação dos serviços de TV a cabo.

A CCT também aprovou 42 projetos de decreto legislativo para a exploração de serviço de radiodifusão em diversas cidades brasileiras.